

PARECER N.º 435/CITE/2017

Assunto: Parecer prévio à intenção de recusa de autorização de trabalho em regime de horário flexível a trabalhadora com responsabilidades familiares, nos termos do n.º 5 do artigo 57.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12.02.
Processo n.º 1161 - FH/2017

I – OBJETO

- 1.1. Em 26.07.2017, a CITE recebeu do ..., cópia de um pedido de autorização de trabalho em regime de horário flexível, apresentado pela trabalhadora ..., para efeitos da emissão de parecer, nos termos dos n.ºs 5 e 6 do artigo 57.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12.02.
- 1.2. No seu pedido de horário flexível, de 04.07.2017, dirigido à entidade empregadora, a trabalhadora, que exerce funções de enfermeira no Serviço de ..., refere, nomeadamente, o seguinte:
 - 1.2.1. *A requerente que trabalha naquele ... desde Setembro de 2005, pretende o horário flexível, previsto nos artigos 56.º e 57.º do Código do trabalho, para acompanhamento do filho menor ... nascido a ... de Junho de 2014.*
 - 1.2.2. *O menor encontra-se a residir com a requerente, conforme acordo de regulação do exercício do poder paternal competindo-lhe a si o*

exercício das responsabilidades parentais relativas aos atos da vida do filho.

1.2.3. *Durante o horário de trabalho, o menor frequenta uma creche com o horário de funcionamento de 2ª a 6ª feira, das 7h30 às 19h00.*

1.2.4. *Perante as razões expostas e face á necessidade de conciliar a vida profissional com a vida familiar, tendo em conta não ter suporte familiar, venho requerer que me seja concedido um horário diurno entre as 8h00m e as 18h00m em dias úteis, de forma a assegurar a assistência ao filho, não esquecendo o tempo de deslocação a que estou sujeita (... - ...) e o horário de funcionamento da creche”.*

1.3. Em 21.07.2017, a entidade empregadora responde à trabalhadora, referindo, nomeadamente, o seguinte:

1.3.1. *“Vimos por este meio levar ao conhecimento de V. Exº. que o pedido de horário flexível para a assistência a filhos menor, mereceu o seguinte despacho:*

1.3.2. *Enf. Supervisor ... - “Ao ... Teria sido útil à resposta ao pedido que o .../ front office!! tivesse recebido a informação da Enf! Chefe de ..., ... sobre este pedido. O parecer do Vogal do ... é coincidente com o da Enf Chefe, dado em 19/6/2017, que a requerente conhece - impossibilidade de lhe conceder o horário pedido no serviço e impossibilidade de fazer a mobilidade proposta pela Enf chefe nas 3 últimas linhas do parecer, na”*

- 1.4. Em 26.07.2017, a requerente apresentou a sua apreciação relativa aos fundamentos da intenção de recusa do seu pedido de horário flexível, referindo, nomeadamente, o seguinte:
- 1.4.1. *“A requerente reitera, desde já, tudo o que ficou explanado no seu requerimento inicial.*
- 1.4.2. *A prestação de trabalho de Segunda-Feira a Domingo, em turnos irregulares e folgas rotativas, prejudica gravemente a assistência a filho menor pela requerente, que se desloca diariamente de ... para o ... e vice-versa, não dispondo de qualquer apoio familiar no que respeita à assistência ao menor.*
- 1.4.3. *Na verdade, a entidade empregadora, não apresenta razões nem fundamentos que indiquem a existência de exigências imperiosas do seu funcionamento, pois, não demonstra objetiva e inequivocamente que o horário requerido pela trabalhadora ponha em causa esse funcionamento, limitando-se a referir impossibilidade de conceder o horário solicitado.*
- 1.4.4. *Nesta medida, a justificação (ou ausência dela) dada pela entidade empregadora demonstra-se insuficiente para o indeferimento do pedido deduzido pela requerente, pelo que a decisão deve ser revista e alterada.*
- 1.4.5. *Por último, cumpre referir que, caso se mostre imprescindível à concessão do regime de horário flexível, a requerente mostra-se disponível para urna eventual transferência de serviço”.*

II – ENQUADRAMENTO JURÍDICO

- 2.1.** O artigo 56.º, n.º 1 do Código do Trabalho (CT) estabelece que *“o trabalhador com filho menor de 12 anos ou, independentemente da idade, filho com deficiência ou doença crónica que com ele viva em comunhão de mesa e habitação tem direito a trabalhar em regime de horário de trabalho flexível, podendo o direito ser exercido por qualquer dos progenitores ou por ambos”*.
- 2.1.1.** Com a referida norma, pretendeu o legislador assegurar o exercício de um direito que tem tutela constitucional - o direito à conciliação da actividade profissional com a vida familiar (alínea b) do n.º 1 do artigo 59.º da C.R.P.).
- 2.1.2.** Para que o trabalhador possa exercer este direito, estabelece o n.º 1 do artigo 57º do CT que, *“o trabalhador que pretenda trabalhar a tempo parcial ou em regime de horário de trabalho flexível deve solicitá-lo ao empregador, por escrito, com a antecedência de 30 dias, com os seguintes elementos:*
- a) Indicação do prazo previsto, dentro do limite aplicável;*
 - b) Declaração da qual conste: que o menor vive com ele em comunhão de mesa e habitação”*.
- 2.1.3.** Admite, no entanto, que tal direito possa ser recusado pelo empregador com fundamento em exigências imperiosas do funcionamento da empresa, ou na impossibilidade de substituir o trabalhador se este for indispensável, (artigo 57º n.º 2 do CT).

2.2. Em primeiro lugar, convém esclarecer o conceito de horário de trabalho flexível, à luz do preceito constante do n.º 2 do artigo 56.º do CT, em que se entende *“por horário flexível aquele em que o trabalhador pode escolher, dentro de certos limites, as horas de início e termo do período normal de trabalho diário”*.

2.2.1. Nos termos do n.º 3 do citado artigo 56.º do mesmo diploma legal:

“O horário flexível, a elaborar pelo empregador, deve:

- a) Conter um ou dois períodos de presença obrigatória, com duração igual a metade do período normal de trabalho diário;*
- b) Indicar os períodos para início e termo do trabalho normal diário, cada um com duração não inferior a um terço do período normal de trabalho diário, podendo esta duração ser reduzida na medida do necessário para que o horário se contenha dentro do período de funcionamento do estabelecimento;*
- c) Estabelecer um período para intervalo de descanso não superior a duas horas”*.

2.2.2. O n.º 4 do citado artigo 56.º estabelece que *“o trabalhador que trabalhe em regime de horário flexível pode efectuar até seis horas consecutivas de trabalho e até dez horas de trabalho em cada dia e deve cumprir o correspondente período normal de trabalho semanal, em média de cada período de quatro semanas”*.

2.3. Em primeiro lugar recorde-se que na Constituição da República Portuguesa (CRP) o artigo 59.º sobre os direitos dos trabalhadores, em que se consagra o direito à conciliação da atividade profissional com a vida familiar e o artigo 68.º sobre a paternidade e maternidade, que fundamenta o artigo 33.º do Código do Trabalho que dispõe que “a

maternidade e a paternidade constituem valores sociais eminentes”, e que “os trabalhadores têm direito à proteção da sociedade e do Estado na realização da sua insubstituível ação em relação ao exercício da parentalidade”, bem como o direito à proteção da saúde constante do artigo 64.º da CRP estão inseridos na Parte I da mesma Constituição dedicada aos Direitos e Deveres Fundamentais.

- 2.4. Na verdade, a entidade empregadora não apresenta razões que possam indiciar a existência de exigências imperiosas do seu funcionamento, pois, não demonstra objetiva e inequivocamente que o horário requerido pela trabalhadora, ponha em causa esse funcionamento, uma vez que o ... não concretiza os períodos de tempo que, no seu entender, deixariam de ficar convenientemente assegurados, face aos meios humanos necessários e disponíveis e à aplicação do horário pretendido por aquela trabalhadora no seu local de trabalho.

III – CONCLUSÃO

- 3.1. Face ao exposto, a CITE emite parecer desfavorável à intenção de recusa do ..., relativamente ao pedido de trabalho em regime de horário flexível, apresentado pela trabalhadora com responsabilidades familiares
- 3.2. O empregador deve proporcionar à trabalhadora condições de trabalho que favoreçam a conciliação da atividade profissional com a vida familiar e pessoal, e, na elaboração dos horários de trabalho, deve facilitar à trabalhadora essa mesma conciliação, nos termos, respetivamente, do n.º 3 do artigo 127.º, da alínea b) do n.º 2 do artigo

212.º e n.º 2 do artigo 221.º todos do Código do Trabalho, aplicáveis, também, aos/às trabalhadores/as em funções públicas, por força do artigo 4.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho, e, em conformidade, com o correspondente princípio, consagrado na alínea b) do n.º 1 do artigo 59.º da Constituição da República Portuguesa.

APROVADO POR MAIORIA DOS MEMBROS PRESENTES NA REUNIÃO DA CITE DE 16 DE AGOSTO DE 2017, COM OS VOTOS CONTRA DA CCP – CONFEDERAÇÃO DO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE PORTUGAL, DA CIP – CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL DE PORTUGAL E DA CTP – CONFEDERAÇÃO DO TURISMO PORTUGUÊS, CONFORME CONSTA DA RESPECTIVA ATA, NA QUAL SE VERIFICA A EXISTÊNCIA DE QUORUM CONFORME LISTA DE PRESENCAS ANEXA À REFERIDA ATA.